

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

**Local: CRAS Norte B - Londrina – PR**

**Data: 11 de outubro de 2016**

**Horário: 08h00 horas (1ª convocação) - 08h30 (2ª convocação)**

1 Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis foi realizada reunião ordinária do  
2 Conselho Municipal de Assistência Social na sede do CRAS Norte B, sito à Rua Lino Sachetin,  
3 s/n – Conjunto Luis de Sá–Londrina – PR. Os participantes desta reunião foram registrados em  
4 lista de presença devidamente assinada e arquivada. Diante da informação trazida por Eliane  
5 Pagani, que a presidente Valmirete Alves chegará atrasada para esta reunião, e também na  
6 ausência da vice-presidente Telcia Oliveira, Eloyr Pacheco, 1º Secretário deste Conselho, inicia  
7 as atividades aprovando a pauta, que será a seguinte: **1.Apresentação e aprovação da**  
8 **pauta; 2.Leitura e aprovação de atas; 3.Regimento Interno; 4.Comissão de fundo;**  
9 **5.Comissão de Análise e Acompanhamento; 6.Relato de comissões; 7.Informes;**  
10 **8.Outros.** Em seguida passa para a **2.Leitura e aprovação de atas** – Eloyr solicita que Eliane  
11 Pagani leia as atas do dia 22 de março de 2016 e 01 de abril de 2016. Após suas leituras, as  
12 referidas atas são aprovadas pelos Conselheiros. Com a chegada da presidente Valmirete  
13 Alves, e também da vice-presidente Tércia Oliveira, Eloyr, após a aprovação das referidas atas,  
14 passa a coordenação dos trabalhos para a presidente. A presidente Valmirete coloca a  
15 necessidade de se estabelecer tempo limite para cada ponto de pauta a ser discutido. Ressalta  
16 que entende que este é um espaço democrático para o debate, mas que, infelizmente, essa  
17 sugestão se dá para melhor aproveitamento do tempo das reuniões e melhor rendimento dos  
18 trabalhos. Diante do exposto, e com a anuência deste Conselho, estabelece com auxílio dos  
19 conselheiros o tempo para cada ponto de pauta desta reunião. Essa será uma prática a ser  
20 adotada doravante. Sandra Nishimura sugere que a mesa diretora, ao compor a pauta, já  
21 estabeleça o tempo de debate para cada ponto a ser discutido. **3.Regimento Interno** – Luana  
22 levanta a necessidade de quórum qualificado para aprovação do regimento. Sendo feita a  
23 conferência pela mesa diretora, constata-se a falta de quórum qualificado, ou seja,  $\frac{3}{4}$  dos  
24 conselheiros. Por esta reunião contar com maioria simples de conselheiros, Maysa sugere que  
25 sejam lidos os pontos do regimento que ainda faltam ser apreciados e, posteriormente, seja  
26 feita novamente a leitura para aprovação deste Conselho. Sandra Nishimura coloca que não  
27 haveria a necessidade de uma nova leitura depois desta apreciação e entende que ficaria  
28 somente a aprovação para uma próxima reunião com o quórum estabelecido. Em seguida

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

29 passa-se à leitura e discussão do regimento interno e, através de amplo debate, destaques  
30 são feitos. Esgotado o tempo determinado de 1 hora e meia, a presidente Valmirete pergunta  
31 aos conselheiros se devemos ou não continuar com a apreciação do regimento interno e os  
32 conselheiros decidem seguir com o trabalho. Tércia sugere que, caso o tempo limite  
33 estabelecido para esta reunião de até 12 horas (meio-dia) seja atingido antes do término desta  
34 apreciação, que o ponto **5.Comissão de Análise e Acompanhamento** seja deixado para a  
35 próxima reunião. A Comissão de Análise e Acompanhamento concorda com a sugestão de  
36 Tércia e a presidente Valmirete solicita que sigamos com a apreciação do regimento interno  
37 por mais trinta (30) minutos. Esgotado o tempo estabelecido e encerrada esta apreciação fica  
38 a aprovação encaminhada para a próxima reunião. O ponto **5.Comissão de Análise e**  
39 **Acompanhamento** – passa para a próxima reunião. Em seguida, a presidente Valmirete passa  
40 para a **4.Comissão de fundo** – Marcia Paiva passa a relatar que em relação ao Pão da Vida  
41 o processo foi ajuizado na quinta-feira para intervenção judicial, pois a intervenção  
42 administrativa não tira a necessidade de tomada de conta especial e o convênio seria suspenso  
43 – e que inicialmente foi remetido para a Vara de Fazenda, porém, na sexta-feira o Juiz analisou  
44 e, considerando a prioridade absoluta da criança e do adolescente, despachou para  
45 encaminhamento do processo à Vara da Infância, com a qual Tércia já tinha uma agenda. Na  
46 segunda-feira, às 15 horas, Tércia esteve com a Juíza e Com Dr. Leonardo, e nesta ocasião a  
47 Juíza informou que não poderia participar da reunião para garantir a imparcialidade, pois  
48 observou que julgará o processo. O Promotor Dr. Leonardo se comprometeu a agilizar através  
49 de solicitação de liminar ou de nomeação de interventor, observando a urgência. Tércia ainda  
50 pontuou que, em relação aos aspectos financeiros, o montante é de um milhão de reais em  
51 despesas glosadas, e que o processo também estava na Controladoria Geral do Município.  
52 Continuando o relato da comissão de fundo, Márcia informou a transferência federal no valor  
53 de R\$ 60.169,00 referentes ao IGD Bolsa Família. Informou ao conselho a resposta em relação  
54 ao Ofício 100/2016, que questionava o FNAS sobre as previsões de repasse ao município,  
55 apresentou as mesmas justificativas dos e-mails já recebidos (cálculo do índice de pagamento).  
56 Márcia observou que, em relação ao planejamento do uso do recurso do IGD Bolsa Família, é  
57 preciso reservar o recurso relativo ao processo de contratação de cadastradores, sendo  
58 necessário efetuar novos orçamentos com empresas para dar continuidade no processo.  
59 Delibera-se que a resposta recebida do Governo Federal será encaminhada para o Ministério  
60 Público. Carlos pergunta se o documento levado por ele ao Conselho Estadual trata-se do

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

61 mesmo ofício. Gisele informa que sim e que é importante que seja levado àquele Conselho que  
62 esta situação está agravando a condição do Município e sugerir que seja feito um levantamento  
63 quanto aos demais municípios do Estado do Paraná. Marcia coloca que o Deputado Marcelo  
64 Belinati solicitou informações e documentos para cobrar o Governo Federal. Gisele coloca que  
65 é importante que ele saiba destes problemas enfrentados pelo Município, até mesmo pelas  
66 questões da transição. Marcia coloca que a comissão de fundo considera importante que este  
67 Conselho faça parte da transição da gestão municipal. Tércia informa que o Prefeito publicou  
68 decreto com a constituição da equipe de transição. Gisele coloca que seria pertinente a mesa  
69 diretora entrar em contato com a equipe de transição se colocando à disposição para colaborar.  
70 Luana coloca que é interessante que este Conselho faça uma reunião com o novo gestor.  
71 Gisele registra que é importante que estes diálogos também sejam estabelecidos com os  
72 futuros vereadores. Passou-se a discussão do ACESSUAS -Trabalho: Gisele coloca que foi  
73 realizada reunião em Curitiba para tratar desse assunto, mas que não houve condições de o  
74 Município participar, devido ao tempo exíguo para as providências e organização. As  
75 informações quanto aos temas tratados nessa reunião estão sendo buscadas, a fim de que se  
76 possa discutir neste conselho a aplicação dos recursos constantes na conta desse programa.  
77 Marcia informa que a Comissão de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
78 encaminhará ofício ao CMDCA solicitando abertura de edital no valor de R\$ 1.000.000,00. (um  
79 milhão de reais). Passou-se a tratar do Pão da Vida e Tércia, atualizando as informações já  
80 repassadas à comissão de fundo e relatadas pela conselheira Marcia Paiva, informou que a  
81 juíza despachou para que o Município voltasse a fazer os repasses, sendo que na sexta-feira,  
82 dia 7 de outubro, já foi feito um repasse para a instituição, e está sendo organizada uma  
83 comissão de interventores para o caso de ser feita solicitação de indicação de nomes. Marcia  
84 pergunta se o repasse ordenado pela juíza é na sua totalidade, e Tércia informa que sim. Marcia  
85 também registra que recebeu informações que os trabalhadores da entidade estão fazendo  
86 horas extras e se estes serão prioridade no pagamento de seus salários que estão atrasados  
87 há pelo menos dois meses. Tércia relata que, antes da decisão da juíza, esteve na entidade e  
88 que presenciou uma assembleia dos funcionários quando os trabalhadores se manifestaram  
89 favoráveis à continuidade da prestação do serviço. Tércia informa que foram repassadas duas  
90 parcelas e que a gerente da instituição informou que o escritório de contabilidade está fazendo  
91 as contas para realização dos pagamentos. Nívia refere que os funcionários colocaram em  
92 assembleia uma solicitação para que as faltas ocorridas por indisponibilidade do vale transporte

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

93 não sejam descontadas. Adriana informa que a Secretaria está fazendo um acompanhamento  
94 rigoroso desta situação para que não haja perdas para os usuários. Valmirete coloca que  
95 realmente há a necessidade de um acompanhamento constante e que membros do CMAS e  
96 do CMDCA também podem ser designados. Algumas perguntas são feitas sobre os  
97 encaminhamentos e a equipe da SMAS as responde. Marcia pergunta sobre os aportes que  
98 estão previstos para outubro. Gisele responde que a Gerência de Convênios está tomando as  
99 providências para organizar os repasses. Encerrado este ponto de pauta passou-se ao item  
100 **6.Relato de comissões** – Márcia Paiva informa que a comissão formada para debate da  
101 preparação da Audiência e da Conferência sugere que a audiência seja realizada no dia 28 de  
102 abril de 2017 e a conferência nos dias 30 de junho e 1 de julho. Os locais sugeridos são Igreja  
103 Casa de Oração para Todos os Povos e Igreja Nova Aliança, respectivamente. Foi retomada a  
104 discussão sobre disponibilidade de recursos financeiros para realização desses eventos, tendo  
105 em vista os valores previstos no Orçamento 2017. A comissão também trabalhará na  
106 metodologia destes eventos, estando proposto que a Audiência seja específica para  
107 apresentação dos serviços governamentais e não governamentais, e que se forme uma  
108 comissão com representantes de todos os segmentos para sistematização da apresentação.  
109 Em relação as Pré Conferências, que o CRAS e as entidades dos respectivos territórios se  
110 organizem em Comissões que contem com a participação de conselheiros. Foi ainda apontado  
111 que a sistematização das Pré seja efetuada pelas Comissões dos territórios. Também foi  
112 sugerido que a metodologia seja o Mapa Falado. Em relação à dinâmica da Conferência, a  
113 proposta é de se iniciar na sexta-feira à tarde com Abertura, Leitura e Aprovação do Regimento,  
114 Prestação de Conta do CMAS e da SMAS. Na sexta-feira à noite: Palestra, Debate e Inscrição  
115 para Delegados. No sábado de manhã: Homologação e Apresentação dos Candidatos;  
116 Plenária de aprovação das propostas e à tarde Plenária, Eleição dos Conselheiros Municipais  
117 e dos Delegados Estaduais. Márcia também coloca a preocupação com a acessibilidade, e foi  
118 sugerido que a servidora Solange integre a Comissão para auxiliar nesse processo. Solicitada  
119 autorização para encaminhar ofício ao Conselho Nacional de Assistência Social pedindo  
120 informação sobre o tema e orientações da conferência e a importância de que as orientações  
121 estejam disponíveis no início do ano, considerando toda a complexidade para organização da  
122 Conferência. **7.Informes** –Valmirete registra que recebeu ofício do Centro de Educação Infantil  
123 Boa Esperança informando que deixará de atender as metas estabelecidas por convênio.  
124 Gisele informa que há previsão de mudanças e que há pontos a serem discutidos, incluindo

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

125 uma análise territorial para melhorar as tomadas de decisão. Carlos pergunta o porquê da  
126 decisão da entidade. Gisele informa que a entidade decidiu não continuar com o convênio e  
127 sinaliza que ampliará sua oferta na educação infantil. Eliseu frisa a necessidade de  
128 atendimento a partir dos territórios. Valmirete também registra que a Câmara Municipal enviou  
129 ofício parabenizando pela realização da Audiência Pública da Assistência Social. Valmirete  
130 relata que a Secretaria de Educação também enviou correspondência informando sobre a  
131 criação do Fórum Municipal Permanente de Educação de Londrina. **8.Outros** – Não houve.  
132 Registre-se que a lista de presença é documento integrante desta ata. Sendo o que se tinha a  
133 ser discutido, a presidente Valmirete Alves encerra a reunião às 12h15 e, sendo o que havia a  
134 ser relatado, eu, Eloyr Doin Pacheco, 1º Secretário deste Conselho, redijo a presente ata que  
135 será encaminhada para apreciação e aprovação.